

UM MAPA DO PROTESTO SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA ENTRE 2000 E 2005.

Penna Camila.

Cita:

Penna Camila (2010). *UM MAPA DO PROTESTO SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA ENTRE 2000 E 2005*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/720>

**UM MAPA DO PROTESTO SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA ENTRE 2000
E 2005**

Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.

Camila Penna – Universidade de Brasília
Camilapenna2003@yahoo.com.br

Área Temática: Política Comparada – Sindicato, Movimientos Sociales e Protesta Social

Um mapa do protesto social no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005

Este artigo tem como propósito fazer um mapeamento comparativo do protesto social no período de 2000 a 2005 focalizando os repertórios de ação coletiva, as demandas apresentadas e os agentes das ações de protesto que nele estiveram presentes. O objetivo é apresentar as categorias empíricas a partir das quais olhamos para o fenômeno do protesto no Brasil e na Argentina no período estudado e assinalar a presença ou ausência de determinados atores, demandas e repertórios em cada país.

Cabe observar que a escolha deste período nos permite trabalhar, de um lado, com os anos de 2001 e 2002 de marcada ascensão do protesto social na Argentina, notadamente dos bloqueios de vias públicas como repertório de ação. Por outro lado o período nos permite também contemplar, no Brasil, a mudança para um governo cujo partido e parte da base aliada tinham importante bagagem histórica de presença em lutas sociais e em ações de protesto na década anterior, o que possibilita uma análise sobre os efeitos dessa mudança de governo no campo das ações de protesto.

As fontes de dados para a realização da análise deste período são as cronologias do conflito produzidas pelo Observatório Social da América Latina (OSAL)¹ a partir de 2000 para todos os países da América Latina. Por serem produzidas a partir de fontes jornalísticas e, principalmente a partir de jornais de grande circulação², as cronologias apresentam uma série de deficiências. Ressalvando-se que a compilação de todos os conflitos sociais e ações de protesto levadas a cabo em um país não é uma tarefa fácil dados a dispersão, inconstância e fugacidade do objeto em questão, devemos ressaltar alguns dos problemas presentes nas cronologias. Em primeiro lugar, ao tomar como referência os jornais de grande circulação elas documentam apenas os conflitos que tiveram projeção nacional ou que foram realizados nas capitais mais importantes. Em segundo lugar muitas vezes os veículos de informação oferecem informação incompleta acerca de determinado conflito ou ação, informando, por exemplo, que houve um ato público ou passeata realizados por “organizações sociais” ou “organizações sindicais” sem mencionar quais organizações conduziram ou convocaram tal ação coletiva. E isso está refletido nas cronologias. Um terceiro problema é a não menção à forma específica de ação levada a cabo em determinado conflito e a apresentação de ações de maneira geral, como por exemplo: “organismos de direitos humanos protestam” ou “manifestações nas principais capitais”.

Contudo, por ser uma fonte produzida a partir da utilização de critérios similares para ambos os países e por prover um mapeamento geral do conflito, não se restringindo unicamente ao setor rural ou ao setor urbano e tampouco a atores específicos (sindicais, movimentos sociais, etc.), acreditamos que as cronologias nos servem como ponto de referência inicial para um estudo do protesto no Brasil e na Argentina.

Todavia, algumas precauções foram tomadas para o trabalho com as cronologias. Em primeiro lugar no tocante às informações qualitativas, notadamente às que dizem respeito aos tipos de repertório de ação, os dados foram complementados com pesquisa de campo: observação presencial e de material de vídeo que permitiram melhor apreensão das formas de protesto a que as cronologias fazem menção. No tocante às informações quantitativas que apresentam, por exemplo, o número de ocupações de terras ou bloqueios de vias públicas em

¹ Criado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) com o objetivo de aportar elementos para reflexão sobre as novas formas que assume o conflito social e o protesto no contexto das reformas neoliberais na América Latina (<http://osal.clacso.org>).

² As fontes utilizadas para a formulação das cronologias entre 2000 e 2005 foram, na Argentina, os jornais: El Clarín, Página 12, La Nación e Crónica. No Brasil os jornais: O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil até 2002. E de 2002 a 2005 foram incluídas outras fontes: Agência de Notícias Carta Maior, Informe Letra Viva, Jornal Brasil de Fato, Jornal do MST, Resenha Federal, Imprensa – CUT.

determinado conflito, optamos por não tomar os dados apresentados pela cronologia como referência para quantificar o número total de ações de protesto. Isso se deve a duas razões principais. Primeiramente ao fato de que em alguns casos se especifica o número de ações – “ocupação de 77 fazendas em Pernambuco” ou “corte de 120 rodovias em todo o país” – e em outros aparece uma menção mais geral – “ocupações de sedes do INCRA³ nas principais capitais” ou “cortes em rotas nacionais”. Em segundo lugar porque ao contrastar os dados numéricos apresentados pelas cronologias com outras fontes de dados que utilizam critérios mais sistemáticos de levantamento, como os relatórios do “Conflito no Campo” produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os levantamentos quantitativos dos cortes de vias públicas produzidos pelo *Centro de Estudios Nueva Mayoría*, obtivemos resultados díspares. Optamos por trabalhar com estas últimas duas fontes para a quantificação do número total de ocupações e bloqueios de vias públicas – os repertórios que iremos analisar mais detidamente.

A análise dos dados da cronologia foi então realizada com o objetivo de se obter dois tipos de informações: o espectro de atores que aparece nas ações de protesto e as demandas que figuram nestas ações – considerados em termos de ausência e presença. Precaução adicional foi a de apresentar os dados em termos relativos e não absolutos. Ou seja, entendendo-se que as cronologias do OSAL expressam os conflitos de projeção nacional que guardam proporção e são representativos do campo mais completo de conflitos em cada país, optamos por apresentar os resultados dos cruzamentos dos dados em termos percentuais. O que nos permite identificar a correlação entre os diferentes atores e demandas em cada ano.

As categorias delimitadas para a análise dos dados das cronologias estão divididas em três grupos mais abrangentes, cada um com suas respectivas subdivisões. Os grupos abrangentes são: a) atores, b) demandas e c) ações.

2.1 Atores

Os atores estão divididos por setor rural e setor urbano. Atores do setor rural estão divididos em três categorias: i) grandes e médios produtores e ii) pequenos produtores, empregados, e trabalhadores sem-terra agrupados tanto em organizações sindicais como em movimentos sociais e iii) índios. Os atores do setor urbano estão divididos em diversas subcategorias: i) empregadores; ii) empregados no setor de serviços e empregados no setor de indústria (organizados por sindicato); iii) autônomos (trabalhadores autônomos, cooperativas e comissões internas); iv) servidores públicos; v) docentes universitários e docentes do ensino secundário; vi) centrais sindicais. Os atores do setor urbano que não estão organizados em torno de vínculos trabalhistas são os seguintes: vii) desempregados; viii) estudantes; ix) organizações de direitos humanos; x) organizações religiosas; xi) aposentados; organizações de questões de xii) gênero; xiii) raça; xiv) moradia. E por último: xv) partidos políticos; xvi) vizinhos/pessoas; e xvi) associações e movimentos de outra natureza que não as contempladas nas categorias acima.

Algumas considerações sobre essas categorias e sobre as diferentes formas em que se apresentam em cada país são necessárias. No tocante ao setor rural devemos observar que os conflitos no campo têm maior centralidade no Brasil, sendo o ator mais presente em ações de protesto no período estudado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴. Outros movimentos do setor rural que figuram nas cronologias, ainda que de maneira marginal, são: MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores), MAST (Movimento dos

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁴ De todas as ocupações feitas no período de 2000 a 2005 o MST foi responsável por 54,07% do total. Esses dados foram obtidos a partir do cruzamento das tabelas apresentadas por Fernandes e Silva (2005) para o número total de ocupações realizadas no período e para a participação do MST neste número.

Agricultores Sem Terra), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade), OLC (Organização de Luta no Campo), MLT (Movimento de Luta pela Terra) e Via Campesina. Dentre as organizações sindicais protagonizaram ações de protesto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e as federações de cada estado – que também adotaram como repertórios de ação as ocupações e acampamento em terrenos rurais. No caso da Argentina os atores do setor rural que levaram a cabo ações de protesto neste período foram pequenos e médios produtores rurais, principalmente por meio da *Federación Agraria Argentina* (FAA) e da *Confederaciones Rurales Argentina* (CRA). Em termos de movimentos aparece algumas vezes o *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (Mocase), relacionado a demandas por distribuição de terras e contra desmatamento e venda de reservas naturais.

No setor urbano destacam-se, na Argentina, as ações das organizações de trabalhadores desempregados. Para o período estudado esta categoria de atores conformou um espectro complexo e algo volátil. Faremos aqui um breve esboço deste espectro, uma discussão mais completa será feita adiante. Dentre as diferentes classificações que separam organizações piqueteiras de acordo distintos critérios – baseados em suas orientações político-ideológicas, sua postura frente ao Estado, sua dinâmica de funcionamento interno – destacamos a classificação de Svampa (2008) e Torres (2007). A primeira divide as organizações piqueteiras em três grupos principais: a) as que são dependentes de partidos de esquerda, como *Polo Obrero/PO* (ligada ao *Partido Obrero*), *Movimiento Territorial Liberación/MTL* (ligada ao *Partido Comunista*) e *Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive/MST TV* (ligada ao partido *Movimiento Socialista de Trabajadores*); b) os grupos independentes, de orientação mais autonomista, como o *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Anibal Verón*, a *Cordinadora de Trabajadores Desocupados (CTD) Anibal Verón* e o *Movimiento Teresa Rodríguez (MTR)*⁵; c) e os grupos de orientação mais populista, onde há a presença destacada de um líder específico, como a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV)*⁶, a *Corriente Classista e Combativa (CCC)*⁷ e *Movimiento Independiente de Jubilados y Desempleados (MIJD)*⁸. Torres (2007) divide o espectro piquetero em quatro grupos: a) uma linha política institucionalizada reunida em torno de correntes e centrais, onde estaria localizada a CCC; b) uma linha política radical, mais volátil e agrupada em torno de partidos

⁵ MTD Anibal Verón é composto por um agrupamento de diferentes organizações de desempregados. Até 2000 o *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Anibal Verón* conformava parte do MTR, e a partir de 2000 conforma outra agrupação que adota o nome de MTD Anibal Verón, nome de um trabalhador que não era do movimento, mas que havia sido assassinado durante a repressão a um piquete na província de Salta neste ano. De 2001 a 2002 o MTD Anibal Verón compunha, juntamente com outros MTDs, a *Cordinadora de Trabajadores Desocupados (CTD) Anibal Verón*. Em 2004 um grupo de MTDs se desvincula do MTD Anibal Verón e se organiza sob o nome Frente Popular Darío Santillán (Torres, 2007; Carvalho, 2008).

⁶ Às origens da FTV remetem à década de 70 e está relacionada a organizações de bairro relacionadas ao tema da moradia no município de La Matanza (Grande Buenos Aires). Seu líder, Luis D'Delia, tem um passado relacionado à militância peronista e à participação nas comunidades eclesiais de base (Gurrera, 2005; Almeyra, 2004). A organização sob a sigla FTV se dá em 1998, já no escopo da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA).

⁷ A CCC, que surge em 1994, é uma corrente classista que está ligada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), de orientação maoísta, e atua também em outras frentes: pequenos produtores rurais, aposentados e trabalhadores empregados (comissões internas, corpos de delegados, etc.). A frente de trabalhadores desocupados é a majoritária. Ela se constituiu em 1996 e ganhou força partir da ação de um de seus referentes principais, Juan Carlos Alderete, no município de La Matanza (Grande Buenos Aires). Alderete vem do movimento sindical, tendo sido secretário da comissão interna da fábrica têxtil Gattic na década de 70. A CCC está presente em diversas províncias argentinas (Almeyra, 2004; entrevista a Juan Carlos Alderete, 3/10/2008).

⁸ O líder desta organização é Raúl Castells, também anteriormente ligado ao PCR e à CCC. Pode-se dizer que no período analisado esta organização foi bastante volátil e imprevisível no que diz respeito ao estabelecimento de alianças (Torres, 2007).

políticos de esquerda (MTL, PO, MST TV)⁹; c) grupos que dão ênfase ao trabalho a nível local e que reivindicam autonomia em relação ao Estado (MTR, MTD e CTD *Aníbal Verón*); d) organizações que depois de 2003 se aliam ao governo Kirchner, tornando-se *oficialistas* (FTV, *Barrios de Pie*¹⁰). As organizações acima referidas foram as principais protagonistas das ações de protesto entre 2000 e 2005, e, como veremos mais à frente, passaram por processos de alinhamento, fragmentação e perda de centralidade na cena política argentina ao longo do período estudado.

Dentre o campo de atores assalariados há que se mencionar, no setor de serviços, a presença marcante dos aeronáuticos, dos setores de telefonia, energia, transporte coletivo e dos caminhoneiros na Argentina – os três primeiros com ações voltadas principalmente contra as privatizações nos respectivos setores. No Brasil também figuram como atores centrais neste período os trabalhadores de transporte coletivo – notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo –, os petroleiros e bancários. No setor industrial os trabalhadores no setor de metalurgia têm importante protagonismo, levando a cabo ações de protesto em todos os anos do período considerado.

Sobre a categoria que compreende trabalhadores autônomos, cooperativas, comissões internas e empresas recuperadas, cabe observar que no caso do Brasil embora tenham figurado atores como vendedores ambulantes, taxistas, e cooperativas de catadores de papel, essa categoria não teve centralidade nas ações de protesto entre 2000 e 2005. Em contrapartida, na Argentina há uma maior centralidade desta categoria na medida em que ela compreende as ações das cooperativas e movimentos de trabalhadores de empresas recuperadas¹¹ e compreende também as comissões internas ou corpo de delegados que agem de forma independente do sindicato, como foi o caso dos empregados da empresa *Metrovías* (metrô de Buenos Aires), que levaram a cabo ações importantes entre 2004 e 2005¹².

No tocante às ações dos servidores públicos destacam-se a *Asociación de los Trabajadores del Estado* (ATE) na Argentina, e no Brasil os Sindicatos dos Servidores Públicos Federais (SINDISEF) de cada estado, filiados à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). Em que pesem as demandas setoriais, a ação dos servidores públicos federais no Brasil ganhou destaque principalmente em 2003, quando das greves em oposição à reforma da previdência¹³. No caso da Argentina as principais ações no contexto de 2000 e 2001 estiveram relacionadas a demandas por não redução salarial, pagamentos atrasados, contra demissões e, de forma mais geral contra a política econômica do governo e contra os reajustes e cortes no setor público. Já em 2003 voltam as ações direcionadas a reivindicações de aumento salarial. Observações mais pontuais diriam respeito às greves das polícias militares de vários estados no Brasil, em todo o período observado, por reajuste salarial. E as ações, notadamente demonstrações, levadas a cabo em 2004 e 2005 por

⁹ Estas organizações ligadas a partidos de esquerda, juntamente com MIJD e o MTR coordenaram alguns planos de lutas sob a sigla “Bloque Piquetero Nacional” (BPN).

¹⁰ A organização *Barrios de Pie* surge com essa identidade em dezembro de 2001 a partir da coordenação de organizações de bairro em áreas urbanas que já existiam na década de 80 (então ligadas à questão de moradia) e 90. Está ligado ao partido *Patria Libre* que se reconhece como expressão de nacionalismo revolucionário (Klachko. 2005; entrevista com Roberto Baigorria, 2008).

¹¹ Entre 2000 e 2005 as empresas recuperadas mais ativas em termos de ações de protesto foram a indústria de cerâmica Zanón, na província de Neuquén, e a fábrica têxtil Brukman em Buenos Aires. No Brasil aparece na cronologia o registro de uma ação da empresa recuperada Flakepet (de reciclagem de garrafas plásticas) da periferia de São Paulo, em 2005.

¹² Os funcionários da empresa *Metrovías* pertencem ao sindicato UTA. Todavia levaram a cabo ações de protesto, para reivindicar aumento salarial e melhores condições de trabalho, com as quais a diretoria do sindicato não estava de acordo ou não apoiava.

¹³ Após a aprovação da reforma da previdência ocorrem algumas dissidências nas organizações sindicais do funcionalismo público. Como por exemplo, o SINDSEF-SP que rompe com a CUT em 2004 e se filia à Conlutas.

famílias de militares em demanda de aumento salarial a outros direitos – haja vista que manifestações deste tipo por parte de membros das Forças Armadas são ilegais. Destacam-se também as ações do setor de saúde na Argentina em 2005, notadamente as manifestações em alguns hospitais importantes de Buenos Aires, como *Garrahan* e *Posadas*, e do setor de previdência social e saúde pública no Brasil em 2004 – com greves no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Sistema Único de Saúde (SUS).

No que tange às ações dos docentes cabe observar que em ambos os países houve ações frequentes do setor no período observado. No Brasil destacam-se as greves dos professores de ensino médio e básico das redes estaduais, notadamente do Rio de Janeiro; e na Argentina com ações nucleadas pela *Confederación Trabajadores de la Educación de la República Argentina* (CETERA) principalmente direcionadas, no contexto de 2000 e 2001, à oposição aos cortes orçamentários no setor. Em 2003 voltam também as ações para reivindicação de reajuste salarial. Nos setor universitário os atores centrais na Argentina foram a CONADU (*Federación Nacional de Docentes Universitarios*) e a CONADU Histórica (*Federación Nacional de Docentes, Investigadores y Creadores Universitarios*) – que se separou da CONADU em 2001. No contexto de 2000 e 2001 as mobilizações foram também direcionadas ao repúdio aos cortes orçamentários e defesa da educação pública, com uma volta das demandas por reajustes a partir de 2003 e notadamente no ano de 2005. No Brasil a associação que nucleia os docentes universitários a nível nacional, Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), teve maior presença nos anos de 2004 e 2005, levando a cabo ações não só por demandas setoriais e em defesa do ensino público como também manifestações contra a política econômica e corrupção no governo. Importa destacar também as greves levadas a cabo em 2000 e 2004 docentes da USP (Universidade de São Paulo), UNESP (Universidade Estadual Paulista) e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), e da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), também em 2003.

Para a discussão sobre as centrais sindicais como agentes das ações coletivas levadas a cabo entre 2000 e 2005 é necessário pontuar algumas questões relativas às legislações que regem esse nível de organização nos dois países. Na Argentina o modelo organizativo que rege as associações sindicais está regulado pela Lei 23.551 e pelo Decreto 467/88. Nestes são reconhecidas as organizações sindicais de primeiro grau, os sindicatos – que devem estar organizados por ramos de atividade, ou seja, a apenas uma organização por ramo de atividade é concedida a personalidade sindical (ou gremial)¹⁴ pelo Ministério do Trabalho. A legislação reconhece também as organizações de segundo grau, as federações, as confederações (que quase não existem no país), e as centrais sindicais (Crespo, 2008). Note-se que as organizações sindicais de primeiro grau, os sindicatos, e as de segundo, as federações, não guardam relação com os limites territoriais como no caso do Brasil. Com efeito, um sindicato pode ter organização nacional e se dividir em seccionais por províncias ou cidades, mas também pode ocorrer que sindicatos estruturados por províncias e cidades se organizem em uma federação (Crespo, 2008). Há também legislação que prevê a existência de delegados sindicais (em número proporcional ao número de trabalhadores de determinado estabelecimento). Deve-se destacar a importância que a figura do delegado tem na organização sindical no contexto argentino, o que não encontra equivalente no caso brasileiro: “*os delegados de base jogam um papel muito importantes na organização dos*

¹⁴ Personalidade sindical garante à organização o direito de negociar convênios coletivos – uma vez que representam todos os trabalhadores daquele ramos de atividade e não apenas os filiados ao sindicato – e garante aos delegados e representantes sindicais algumas proteções, como a estabilidade no emprego. Outro reconhecimento legal é a “inscrição gremial”, concedida pelo Ministério do Trabalho, a partir da qual apenas se reconhece a existência do sindicato (Crespo, 2008)

trabalhadores em lugar de trabalho e na defesa cotidiana de seus direitos” (Crespo, 2008, p. 4)¹⁵.

No que diz respeito às centrais deve-se ressaltar que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi a única central argentina desde sua fundação em 1930 até o ano de 1997¹⁶, quando o Ministério de Trabalho reconhece a existência da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA), que havia sido fundada em 1992¹⁷. A CGT é a única central com personalidade gremial e tem como filiados os grêmios mais fortes e tradicionais (com exceção da ATE e dos grêmios docentes, filiados à CTA). A CTA, por sua vez, foi protagonista de ações de protesto em todo o período estudado. O que se deve, dentre outras coisas, ao fato de que a ela estiveram filiados, no período considerado, não apenas organizações sindicais como também organizações de trabalhadores desempregados, trabalhadores autônomos, movimentos sociais, ente outros. Em contrapartida a CGT não foi um grande protagonista de ações de protesto neste período. Salvo em 2000 e 2001 quando a CGT dissidente convocou, juntamente com a CTA, greves gerais em oposição à situação de desemprego e à política econômica do governo de la Rúa – neste governo foram realizadas sete greves gerais.

No tocante à legislação brasileira sobre organizações sindicais devemos observar, em primeiro lugar, que as centrais sindicais não tinham reconhecimento legal até março de 2008¹⁸. As únicas entidades reconhecidas legalmente eram os sindicatos por ramo de atividade a nível municipal, as federações compostas pelos sindicatos de determinado ramo de atividade em cada unidade federativa, e as confederações formadas pelas federações de cada ramo a nível nacional. As confederações são as instâncias de último grau estando, portanto, no topo da pirâmide organizacional¹⁹. Contudo, não obstante o fato de as centrais não terem tido reconhecimento legal até 2008, na prática elas eram reconhecidas como negociadoras legítimas, participando de comissões de negociação tripartite com as patronais e com o Estado (Druck, 2006).

As principais centrais sindicais no Brasil são: Central Única de Trabalhadores (CUT) e Força Sindical. Estão filiados à CUT 50,04%²⁰ do total de sindicatos filiados a centrais, e à Força Sindical 20,17% (Rademacher e Melleiro, 2007). A CUT foi fundada em 1983 a partir

¹⁵ No Brasil, das formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, como comissões de fábrica ou de empresas, há grande parte das quais os sindicatos não tem conhecimento. Rademacher e Melleiro (2007) apontam que em 2001 havia, apenas para o setor de trabalhadores urbanos, 5.905 comissões internas das quais os sindicatos não tinham conhecimento e 953 de que eles tinham conhecimento.

¹⁶ Embora tenha passado por processos de divisão e reintegração ao longo deste período, mas mantendo-se a sigla CGT.

¹⁷ A CTA surge em 1992 como Congresso de Trabalhadores Argentinos a partir principalmente da coordenação dos sindicatos ATE (Asociación de Trabajadores del Estado) e CTERA (Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina) como oposição ao sindicalismo tradicional, representado pela CGT, e em oposição às políticas neoliberais de Menem (Gurrera, 2005). No Congresso de Delegados em 1996 a CTA se define como central e em 1997 o governo Menem reconhece sua existência como organização “simplismente escrita”, ou seja, lhe concede “inscrição gremial”, mas não reconhece sua “personalidade gremial”. O que, em termos da legislação do país significa que a central não pode negociar convênios coletivos e que seus dirigentes e delegados não têm proteção quanto a demissões.

¹⁸ A legislação trabalhista brasileira está codificada na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943, tendo sido modificada em alguns pontos por legislação suplementar. Dentre elas a permissão de organização sindical de servidores públicos (o que foi alterado na Constituinte em 1988) que até então era ilegal. O reconhecimento das centrais sindicais como órgãos de representação legítima dos trabalhadores se deu a partir da Lei N° 11.648 de março de 2008.

¹⁹ O fato de as centrais como forma de representação sindical só terem adquirido reconhecimento em 2008 explica a não filiação de 44,52% dos sindicatos registrados no Brasil em 2007 a nenhuma central (Rademacher e Melleiro, 2007)

²⁰ A CUT conta com filiados do setor rural (CONTA G), importantes setores de serviços (bancários) e no setor industrial (parte importante dos sindicatos de metalúrgicos), além dos servidores públicos federais.

da confluência de setores que se opunham à estrutura sindical oficial (consolidada na CLT). Nessa conformação estavam dirigentes sindicais que haviam protagonizado as greves do final da década de 70, notadamente os metalúrgicos, militantes da oposição de sindicatos e organismos de base, bem como militantes políticos de correntes de esquerda e quadros ligados à Igreja Católica. Suas orientações iniciais a definiam como uma central sindical classista e que adotava o socialismo como perspectiva (Druck, 2006; Rademacher e Melleiro, 2007). A Força Sindical foi fundada em 1991 como uma divisão da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)²¹ com um viés mais pragmático, ou como ficou conhecido, “de sindicalismo de resultados”, que buscava oferecer uma alternativa ao sindicalismo politizado e de confrontação representado pela CUT. Haja vista que no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, ao passo que a CUT se situava como opositora à política econômica do governo, a Força Sindical não se opôs às orientações da política econômica, não se colocando como oposição ao governo FHC.

Para o que nos interessa no período de 2000 a 2005 podemos observar que até 2003 a CUT protagonizou ações de protesto ligadas ao aumento do salário mínimo, em apoio à reforma agrária, contra política econômica do governo, contra flexibilização das leis trabalhistas e contra acordos internacionais (especificamente com o Fundo Monetário Internacional). A partir de 2003, salvaguardando-se os conflitos setoriais, há uma perda de centralidade da Central em ações de protesto em relação aos anos anteriores. Em 2005 as ações da central em defesa de Lula nos casos de corrupção e contra as tentativas de desestabilização do governo recobram centralidade – juntamente com uma multisetorial conformada por outras organizações. A partir de 2004 há também um crescente protagonismo das ações de protesto dos setores que se opõem a Lula, no caso das centrais cabe destacar a Conlutas.

Por último, passemos a algumas considerações sobre os outros atores delimitados para a análise das cronologias que não se organizam diretamente a partir dos vínculos trabalhistas. As organizações estudantis centrais na realização de ações de protesto no Brasil entre 2000 e 2005 foram a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). No caso da Argentina protagonizaram ações de protesto principalmente a *Federación de la Universidad de Buenos Aires* (FUBA), *Federación de la Universidad de La Plata* (FULP), e a *Federación Universitaria Argentina* (FUA). As ações das organizações estudantis nos dois países estiveram relacionadas a demandas variadas, com destaque para ações contra acordos internacionais e em defesa do ensino público.

As organizações de direitos humanos na Argentina foram atores destacados, realizando ações coletivas de vários tipos e com demandas relacionadas não só a questões como repúdio à repressão, por punição de repressores, contra pobreza e injustiça social. Figuram também dentre as reivindicações das organizações de direitos humanos a oposição a

²¹ A **CGT** surgiu em 1986 a partir de lideranças ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a partir de líderes sindicais da estrutura oficial. Ela sofreu duas divisões importantes além da que originou a **Força Sindical**. Em 1989 os setores ligados ao PCdoB se separam e criam a Corrente Sindical Classista (CSC) que depois se filia à CUT. No mesmo ano grupos ligados ao PCB e ao grupo revolucionário MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) se separam e criam, em 1990, a Central Geral dos Trabalhadores Brasileiro (**CGTB**). Em 1991 se dá a referida divisão a partir da qual se funda a Força Sindical. Em 1995 é criada a Central Autônoma de Trabalhadores (**CAT**) a partir de setores cristãos conservadores. E em 1997 é criada a Social Democracia Sindical (**SDS**), ligada ao PSDB, a partir de uma divisão da Força Sindical. Em 2003, no contexto das discussões no interior da CUT acerca da reforma da previdência, um setor que se opunha à reforma e à política do governo Lula se separa e funda uma outra central, Coordenação Nacional das Lutas (**Conlutas**). Passam a fazer parte da Conlutas os sindicatos de docentes universitários (ANDES), e dos trabalhadores de universidades, FASUBRA-Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Universidades Brasileiras A Conlutas reúne também delegados sindicais, movimentos sociais e organizações da juventude. Nesse sentido tem uma composição mais heterogênea, como a CTA. Até 2007 havia em torno de 50 entidades filiadas à central (Melleiro e Rademacher, 2007).

acordos internacionais e políticas econômicas neoliberais. As três principais organizações de direitos humanos na Argentina são: Madres de la Plaza de Mayo²², Abuelas de la Plaza de Mayo, e H.I.J.O.S (Hijos por la Identidad y la Justicia contra el olvido y el silencio)²³. Ao passo que organizações de direitos humanos no Brasil não aparecem como protagonistas de ações de protesto de forma comparável ao caso argentino, as organizações ligadas à Igreja Católica figuram regularmente no período observado como agentes de ações coletivas no Brasil. Dentre estas organizações destaca-se a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Se bem que a CPT, principalmente, se destaca pelo trabalho de assessoria e articulação dos movimentos e organizações do campo, ela está presente também como agente de algumas ocupações de terra no nordeste do país e teve papel fundamental na conformação do MST (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008).

Sobre as organizações que envolvem questões de gênero é importante observar que no que se refere a movimentos e organizações de mulheres estão presentes ações de protesto em ambos os países direcionadas, principalmente a direitos da mulher (contra violência, maior participação das mulheres na reforma agrária, direito de aborto, etc.). As ações realizadas pelos atores desta categoria se bem que não tiveram centralidade dentro do campo de conflito mais amplo, apareceram de maneira regular no período observado em ambos os países.

No tocante aos atores que se organizam em torno de questões raciais cabe destacar a presença de ações de movimentos negros no Brasil no ano de 2005 e também no ano de 2000, ligadas principalmente à questão da não descriminalização, contra injustiça social, e das demandas por cotas para negros nas universidades públicas. No que se refere aos atores indígenas, organizados a partir de tribos, região ou etnia, pode-se dizer que houve forte presença no contexto brasileiro no período analisado. As mobilizações da população indígena giraram em torno tanto de questões de reconhecimento (das línguas, culturas, rituais indígenas), como também e principalmente em torno da questão de demarcação de terras indígenas. Destacam-se as ações levadas a cabo no ano 2000 contra a campanha “Brasil: 500 anos” ou contra o “descobrimento”, com o propósito de denunciar o genocídio e a situação precária na qual vivem os índios no país. Outro momento de destaque desta categoria de atores no Brasil foram as manifestações no ano de 2005 relativas à demarcação da reserva indígena Raposa do Sol em Roraima. Na Argentina as populações indígenas (da etnia *mapuche*) também protagonizaram algumas ações de protesto ao longo do período analisado, ligadas a reivindicações como reconhecimento e preservação da cultura, subsídios para saúde e educação das comunidades, proteção do meio ambiente – através de maior controle na exploração de petróleo –, e propriedade das terras.

Atores mobilizados em torno da questão de moradia estiveram presentes com certa regularidade a partir de 2003 no Brasil, com destaque para: Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), União de Movimento de Moradia (UMM) e Frente de Lutas por Moradia (FLM). Na Argentina alguns movimentos originalmente organizados em torno da questão moradia, como a FTV e o Barrios de Pie, estiveram presentes como protagonista de ações de protesto no período estudado, entretanto em torno de demandas relacionadas à questão do desemprego, como planos de emprego e outros subsídios²⁴.

²² A organização das Madres de la Plaza da Mayo se dividiu em 1986, conformando-se a “Asociación de las Madres de Plaza de Mayo” e “Madres de la Plaza de Mayo-Línea Fundadora”. No período que nos interessa cabe ressaltar que a primeira adotou uma postura de maior proximidade ao governo Kirchner, ao passo que a segunda organização adotou uma posição mais crítica e opositora em relação ao governo.

²³ A esta organização está ligada a “*Mesa de Escrache*”, responsável pela organização de uma forma específica de ação coletiva que consiste originalmente em constranger publicamente, ou *escrachear*, a um ex-repressor ligado à ditadura militar ou também políticos e funcionários relacionados a casos de corrupção, má-gestão, etc.

²⁴ Nesse sentido é importante observar que: “as organizações comunitárias e de bairro que protagonizam os protestos nos últimos anos no conurbano bonaerense reconhecem sua origem no alcance que adquiram os fenômenos de ocupação ilegal de terras e a formação de assentamentos na grande Buenos Aires nos primeiros

Os outros atores que apareceram como protagonistas de ações de protesto foram os partidos políticos, notadamente os partidos de esquerda em ambos os países²⁵. A categoria vizinhos/pessoas se refere a atores coletivos que se mobilizaram com base em alguma situação comum, mas de caráter temporário. São exemplos os atos, marchas e concentrações em frente aos bancos organizadas por poupadores argentinos cujas poupanças haviam sido congeladas por medida econômica tomada pelo então Ministro da Economia Domingo Cavallo; as manifestações de famílias de vítimas de alguma tragédia, natural ou não, que se mobilizam temporariamente em torno da resolução para o problema ou punição dos responsáveis; e estão também nesta categoria as assembléias de vizinhos, que tiveram importante protagonismo na Argentina no final de 2001 e início de 2002.

Por último estão os outros movimentos ou associações como: organizações não governamentais internacionais, o Fórum Social Mundial, *Movimiento Nacional Chicos del Pueblo*, multisetoriais – coordenação de diferentes organizações, como a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) no Brasil e as diversas multisetoriais na Argentina – , organizações ambientalistas e organizações de Gays, Lésbicas, Travestis e Simpatizantes (GLTS).

Abaixo estão os quadros formulados a partir dos dados das cronologias do OSAL. Estão organizados por ano e permitem observar tanto a correlação entre os atores no campo do protesto em cada país e em cada ano, como também as alterações nesta correlação ao longo de todo o período. Permite também uma análise comparativa da presença de determinados atores como agentes do protesto no Brasil e na Argentina. A observação dos quadros abaixo deve ser feita à luz da discussão feita até aqui. Note-se que, como o conflito no campo teve maior centralidade no Brasil neste período, optamos por delimitar os movimentos do setor rural que protagonizaram ações de protesto. Em contrapartida, no caso da Argentina, como os atores de maior centralidade neste período foram as organizações de desocupados, optamos por delimitar-las quando estas aparecem. Quando os dados da cronologia não especificam o nome da organização ela entra em “desempregados geral”. Os “desempregados empresa” são os que se mobilizam a partir da identidade de ex-trabalhadores daquela empresa, e não sob a sigla de alguma organização específicas dentre as que foram delimitadas acima (Ver tabelas do Anexo 1).

2.2 Demandas

As categorias referentes às demandas estão divididas em questões trabalhistas, demandas por políticas no setor rural, demandas relativas a questões de desempregados e outras demandas. As primeiras são: i) aumento salarial; ii) não redução salarial; iii) pagamento atrasado; iv) estabilidade/não demissão; v) aposentadoria; vi) outros direitos (redução da jornada, participação nos lucros, insalubridade, regularização de fundos de garantia e pensão, *blanqueo* etc). As demandas relativas a questões rurais: vii) aceleração da reforma agrária; viii) crédito para assentamentos; ix) auxílio ao produtor rural; x) demarcação de terras indígenas. As demandas relacionadas à questão do desemprego são: xi) subsídios/planos de emprego; xii) criação de postos de trabalho; xiii) subsídios de caráter mais geral (cesta básica, alimentos para *comedores*). Outras demandas seriam: xiv) questões internacionais; xv) contra política econômica; xvi) contra repressão/por punição; xvii) contra insegurança; xviii) contra pobreza/injustiça social; xix) defesa da educação pública; xx)

anos da década de oitenta” (Gurrera, 2004, p. 141).

²⁵ Os dados oferecidos pelas cronologias, na medida em que na maioria das vezes não especificam quais partidos participaram de determinada ação, limitando-se à qualificação “partidos de esquerda”, não nos permitiu uma análise detalhada sobre a participação dos partidos nas ações de protesto no Brasil e na Argentina neste período de 2000 a 2005.

contra corrupção; xxi) questões ambientais; xxii) direitos mulheres/GLTS; xxiii) direitos negros; xxiv) direitos indígenas; xxv) moradia; xxvi) expropriação/ auto-gestão; xxvii) participação em decisões políticas; xxviii) políticas específicas

São pertinentes algumas observações sobre as demandas. No tocante às demandas trabalhistas é importante ressaltar que entre 2000 e 2002 praticamente inexistiram demandas por aumento salarial na Argentina. Neste período as ações de protesto se centraram na reivindicação de não demissão, não redução salarial e garantia de outros direitos, com destaque para demanda do pagamento dos salários em dinheiro e não em bônus – contra medida editada pelo governo de la Rúa – e pelo *blanqueo*²⁶ dos salários. Entre 2003 a 2005 voltam as ações reivindicativas de aumento salarial e melhores condições de trabalho. No Brasil demandas por reajuste salarial estiveram presentes em todo o período, bem como reivindicações de outros direitos trabalhistas – com predominância de: efetivação de planos de cargos e carreiras, participação nos lucros, redução da jornada de trabalho, incorporação de novos funcionários, e no ano de 2003, importantes ações contra a reforma no sistema previdenciário.

Das demandas no setor rural cabe destacar que na Argentina elas se restringiram, no período observado, às reivindicações por políticas de auxílio ao produtor rural, como redução de tarifas e medidas de proteção ou subsídios para determinado setor. Salvo ações pontuais do Mocase em demanda por reforma agrária e proteção ambiental. No Brasil as ações reivindicativas relativas a questões do setor rural tiveram centralidade em todo o período estudado. Notadamente as demandas por reforma agrária e por melhoras nas condições dos assentamentos. Nas reivindicações relativas a auxílio do produtor rural foram frequentes: as de linhas de crédito para pequenos agricultores, renegociação das dívidas e contra o aumento de tarifas para o setor.

Ações reivindicativas de demarcação de terras indígenas também foram frequentes no Brasil no período observado. Note-se que elas foram levadas a cabo não apenas por indígenas como também por organizações indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – órgão criado em 1972, vinculado à CNBB, que tem como objetivo a defesa dos direitos dos povos indígenas a partir do assessoramento e articulação das demandas e ações das populações indígenas. Na Argentina ações para esta demanda praticamente não aparecem no período de 2000 a 2005.

Em contrapartida, as demandas relacionadas à questão do desemprego (planos de emprego, postos de trabalho e alimentos para comedores) tiveram marcado protagonismo na Argentina em todo o período estudado – de forma mais sistemática até 2003, mas com presença contínua até 2005. No Brasil foram realizadas, principalmente em 2004, algumas ações reivindicativas de criação de postos de trabalho e políticas de redução do desemprego, mas não de forma comparável à presença do tema na Argentina.

Demandas relativas a questões internacionais têm a ver basicamente com repúdio a acordos internacionais, no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), repúdio a acordos com organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, contra globalização, repúdio à visita de representantes dos Estados Unidos, contra invasão ao Iraque. Mas também podem se voltar para apoio à população ou governante de determinado país – como no caso das manifestações em apoio aos professores e estudantes de *Oxaca*, no México, e apoio a Hugo Chávez e Evo Morales.

Ações contra a política econômica neste período dizem respeito basicamente a reivindicações de mudança da “política neoliberal” nos dois países. Em termos mais

²⁶ Inclusão de todos os direitos relativos a previdências, pensão, tempo de serviço e outros direitos de forma proporcional ao salário total.

específicos essa demanda está relacionada a uma série de elementos: contra privatização de empresas nacionais ou re-estatização de empresas já privatizadas²⁷, priorização de políticas voltadas para questões sociais, redistribuição de renda, não priorização da manutenção de superávits primários na balança de pagamento, não pagamento ou renegociação da dívida externa, fim da submissão às condicionalidades do FMI e do Banco Mundial, entre outros. Demandas relativas à alteração na política econômica estiveram presentes de forma regular no período entre 2000 e 2005 no Brasil e na Argentina e não se restringiram à ação de nenhum ator específico.

Repúdios à repressão de manifestações populares e demandas de julgamento e punição de responsáveis por assassinatos de pessoas ligadas a organizações sociais e sindicais também estiveram presentes em todo o período. No Brasil em 2000 e 2001 esta demanda tem maior destaque devido às ações reivindicativas de julgamento e punição pelos culpados do massacre de Eldorado dos Carajás²⁸. Em 2002 destacam-se as ações pela liberação do líder preso, do MST, José Rainha. De 2003 a 2005 as ações relacionadas a esta demanda têm a ver com repúdio à formação de milícias privadas por fazendeiros e repúdio ao assassinato de lideranças e trabalhadores do campo. Note-se que todas as ações relativas a esta categoria de demanda estiveram relacionadas a questões do conflito no campo, com destaque para o MST como ator coletivo. Todavia, relacionado a essa categoria de demandas há que se destacar o importante papel de ações das organizações religiosas, notadamente da CPT, de levantamento dos dados sobre violência no campo.

Na Argentina as demandas contra repressão e por punição têm importante centralidade quando contrastada com o quadro total de demandas realizadas no país entre 2000 e 2005. Quando contrastada com a frequência em que aparece esta demanda no Brasil no mesmo período analisado nota-se também uma marcada diferença. O que pode indicar, pelo menos para o período analisado, uma menor tolerância no país em relação a ações repressivas, na medida em que tal repúdio se traduz em número significativo de protestos²⁹. Outra característica das ações relacionadas a esta categoria na Argentina é a presença de diversos atores, tanto do campo de organizações sindicais como do campo de direitos humanos e outros setores. Dentre as demandas realizadas nesta categoria no período estudado destacam-se, em 2000 o repúdio à repressão na província de Salta ao assassinato de Aníbal Verón, e pela revogação das leis de Obediência Devida e Punto Final³⁰. Em 2002 as ações em repúdio à repressão aumentam significativamente em relação ao último ano, notadamente após junho, quando do assassinato de Maximiliano Kosteki e Darío Santillán³¹. Com efeito,

²⁷ A demanda por re-estatização, notadamente re-estatização da empresa Aerolíneas Argentinas, foi forte na Argentina durante o período analisado. Em 2008 o parlamento argentino aprova a expropriação da empresa. Almeyra (2004) argumenta que as demandas por re-estatização de empresas estariam ligadas a ao que ele chama de “nacionalismo popular ou plebeu”, fenômeno que teria surgido na época pós-menemista e representaria uma novidade em relação a um nacionalismo oficial, ligado ao peronismo.

²⁸ Quando foram assassinados, por policiais militares, dezenove integrantes do MST que faziam um bloqueio de uma rodovia no estado do Pará, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás.

²⁹ A esse respeito cabe considerar aquilo que Grimson (2004) chamou de experiências históricas compartilhadas e sedimentadas, neste caso especificamente a experiência do genocídio de 1976 a 1983, que são re-construídas e estão presentes em ações políticas de momentos chave no país – como estiveram na crise política de 2001.

³⁰ As leis Punto Final (23.492) e Obediência Devida (23.521), que estabelecem a extinção da ação penal e a não punibilidade dos delitos cometidos no último regime militar (1976-1983) foram aprovadas durante o governo Menem e sua revogação tem sido uma demanda das organizações de direitos humanos desde então. Em junho de 2005 a Corte Suprema de Justiça do país declara a inconstitucionalidade e nulidades destas leis.

³¹ Koteski e Santillán eram integrantes de MTDs que compunham a CTD Aníbal Verón e foram assassinados em 26 de junho em ocasião do bloqueio de todos os acessos à capital Buenos Aires – ação coordenada entre as várias organizações de trabalhadores desocupados. Koteski e Santillán participavam do bloqueio do acesso que liga o partido (município) de Avellaneda a Buenos Aires: Puente Pueyrredón. Nesta ocasião o presidente em exercício era Eduardo Duhalde e se toma uma decisão de não permitir um isolamento da capital federal,

ações com vistas a repudiar os assassinatos e julgar os culpados se multiplicaram no final do ano de 2002 e no ano de 2003. Outra demanda presente em 2002 foi pela liberação do líder do MIJD, Raúl Castells, e de dirigentes da ATE que haviam sido presos na província de Neuquén. Em 2003 destacam-se as ações em repúdio da repressão durante as tentativas de desalojo dos empregados que se encontravam ocupando a fábrica têxtil Brukman, em Buenos Aires. Em 2004 é assassinado um líder da FTV, o que gera ações em demanda de julgamento e punição. Outras ações importantes neste ano estão relacionadas ao repúdio ao Código Contravencional³² de Buenos Aires. No ano de 2005 as demandas dos anos anteriores continuam presentes, notadamente as que dizem respeito ao julgamento e punição dos assassinos de Kosteki e Santillán e as direcionadas contra o Código Contravencional.

Em termos de demandas relacionadas à questão da insegurança as ações realizadas no Brasil tiveram um caráter esporádico se centrando principalmente em torno de eventos específicos, como o assassinato do prefeito de Santo André (São Paulo), Celso Daniel e o assassinato de um funcionário do INSS. No caso da Argentina as ações relacionadas a demandas por maior segurança giraram em torno de dois eventos. O primeiro foi, em 2004, o assassinato de um jovem, filho do empresário Juan Carlos Blumberg, quem levou a cabo uma campanha midiática com grande capacidade de convocatória, protagonizando diversas manifestações por aumento e melhora da segurança pública³³. O segundo evento foi, em 2005, o incêndio em uma casa noturna de Buenos Aires, onde morreram 194 pessoas. Nesse sentido as ações foram direcionadas à demanda por punição dos responsáveis – o que implicou inclusive na renúncia do então prefeito de Buenos Aires, Aníbal Ibarra. Note-se esta categoria de demanda esteve ligada, no período estudado, à categoria de atores que foi denominada de “vizinhos/pessoas”.

A categoria de demandas relativa à questão de pobreza e injustiça social compreende as ações que denunciam situações como fome, discriminação e exclusão social. No Brasil estas demandas estiveram presentes principalmente nos anos de 2000 e 2001 e tiveram como agentes setores variados, como o MST, CNBB, Partidos Políticos, indígenas, estudantes e movimento negro, que se coordenaram em ações conjuntas. Na Argentina esta demanda apareceu em todo o período³⁴ por meio de ações de vários setores, no mais das vezes também coordenados em uma mesma ação.

Reivindicações de defesa da educação pública dizem respeito, nos dois países, ao aumento ou não redução do orçamento para o setor, melhora na infra-estrutura de escolas e universidade. E mais especificamente no Brasil: contra aprovação automática de alunos no nível secundários, contratação de mais professores para as escolas e redução do número de alunos por turma. Os atores que realizaram ações relacionadas a esta categoria de demandas são basicamente docentes e estudantes nos dois países. Importa observar que em ações reivindicativas de melhora e defesa do ensino público geralmente estiveram também presentes demandas de reajuste salarial para os docentes.

Denúncia e combate à corrupção é tema que esteve presente em ações levadas a cabo na Argentina principalmente em 2003, ligadas ao julgamento do governador da província de Entre Rios; e no Brasil em dois momentos principais: em 2001 por apuração de denúncias de

enviando-se uma força de choque para reprimir o protesto. Tal repressão produz a morte dos dois militantes, que ficou registrada por uma seqüência de fotografias nas quais fica explícito que os autores dos assassinatos foram as forças policiais.

³² Define uma série de contravenções ou delitos para a cidade de Buenos Aires. Dentre outras coisas, proíbe a interrupção de vias públicas sem anterior autorização, bloqueio de prédios públicos, oferta de sexo em lugares públicos e vendedores ambulantes em determinado locais da cidade.

³³ O tema da insegurança, como veremos mais à frente, foi utilizado como justificativa para endurecer algumas leis relativas ao policiamento do protesto. Dente elas destaca-se a própria formulação de um novo Código Contravencional para Buenos Aires em 2004.

³⁴ Note-se que no início deste período a pobreza e o desemprego atingiram índices inéditos na Argentina.

casos de corrupção do senador Antônio Carlos Magalhães³⁵, em 2005, por apuração de denúncias de corrupção no governo Lula. Na Argentina os atores destas demandas foram partidos de oposição, funcionários públicos e vizinhos/pessoas e organizações piqueteiras. No Brasil os atores que realizaram ações contra corrupção foram, em 2001, UNE, MST, CUT, e partidos de oposição, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2005 houve um número maior de ações de protesto relacionadas à corrupção que, vale ressaltar, foram direcionadas tanto ao repúdio ao governo Lula e pelo *impeachment* do presidente, como também à defesa de Lula contra possíveis tentativas de desestabilização de seu governo e pela apuração dos envolvidos no caso de corrupção. Dentre os atores que levaram a cabo ações na primeira direção estão: Conlutas e os sindicatos a ela filiados (Andes e FASUBRA) bem como alguns partidos de esquerda. Os atores que realizaram manifestações em defesa de Lula e pela rigorosa apuração dos envolvidos foram principalmente CUT, MST e UNE. Mais adiante faremos uma discussão sobre os efeitos dos casos de corrupção de 2005 para o campo dos agentes e demandas envolvidos frequentemente em ações de protesto no período analisado.

A categoria de demandas relativas a questões ambientais compreende, no caso do Brasil, ações contra produção de produtos transgênicos, contra plantação de eucaliptos, utilização e importação de agrotóxicos, e contra construção de barragens para usinas hidrelétricas. Estas demandas estiveram relacionadas principalmente com a ação de três atores: Via Campesina, MST e Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), e estiveram presentes em todos os anos estudados, com destaque para um maior número de ações realizadas em 2001, 2003 e 2005. No caso da Argentina as demandas relativas a questões ambientais estiveram relacionadas a melhor controle ambiental da exploração de petróleo – demanda apresentada basicamente em 2000 e 2001 por comunidades indígenas e pessoas/vizinhos de cidades próximas a plantas de exploração. Esteve relacionada também a ações contra implantação de uma mineradora canadense no país, que tiveram destaque em 2003 e envolveram estudantes, populações indígenas, pessoas/vizinhos, comerciantes e pequenos e médios empresários da região onde seria implantada a obra. E em 2005 ganharam centralidade as ações contra a instalação de uma usina de celulose na divisa entre Argentina e Uruguai, tendo como protagonista central uma assembléia de vizinhos/pessoas da cidade mais próxima ao local onde seria instalada a usina.

Ações relacionadas ao direito das mulheres e de homossexuais no Brasil tiveram, no primeiro caso, ações direcionadas à violência contra mulher e pelo aumento do número de mulheres contempladas pela reforma agrária, e no segundo caso ações com vistas a repudiar a discriminação e pelo direito de união civil. Na Argentina as demandas relacionadas aos direitos das mulheres estiveram ligadas basicamente à defesa dos direitos reprodutivos e legalização do aborto. No tocante aos direitos de homossexuais estiveram presentes ações contra repressão e descriminalização (2000). Sobre direitos da população negra, como foi dito anteriormente, as ações no Brasil se direcionaram principalmente ao repúdio à descriminalização e a questão de cotas nas universidades federais.

Dentre as demandas relacionadas aos direitos das populações indígenas no Brasil estão: preservação da identidade étnica e cultural, por políticas públicas direcionadas à população indígena, liberação de recursos pela FUNAI³⁶ para comunidades indígenas e concessão de benefícios à população indígena por mineradora localizada em seu território (o que seria o cumprimento de uma disposição Constitucional). Na Argentina demandas

³⁵ Do Partido da Frente Liberal (PFL), que recentemente mudou seu nome para Democratas (DEM), e que paradoxalmente conformava o partido de situação durante o regime militar (Aliança Renovadora Nacional-ARENA), tendo votado contra a realização de eleições diretas para presidente em 1985, postergando o retorno à democracia.

³⁶ Fundação Nacional do Índio.

relacionadas a direitos indígenas estiveram relacionadas a: assistência a populações indígenas, recursos para saúde e educação, contra remate de terras ocupadas por indígenas e reconhecimento de identidade pluricultural e multilíngue.

Demandas relativas à questão de moradia estiveram presentes de forma mais freqüente e com maior regularidade no Brasil em todo o período estudado. Elas estão relacionadas a: distribuição de lotes e construção de moradias, doação de cestas básicas, maior eficiência em programas de cadastro habitacional, criação de um fundo nacional de habitação, verbas para mutirões, e indenização de famílias atingidas por barragens.

A categoria de demandas por expropriação e autogestão esteve presente, para o período estudado, de forma significativamente maior na Argentina. Isso porque este tipo de demanda está ligado basicamente a atores específicos, que são as cooperativas e movimentos de trabalhadores de fábricas recuperadas³⁷, que reivindicam a expropriação da fábrica falida e ocupada e a passagem de sua gestão aos trabalhadores. As demandas por expropriação e autogestão estiveram presentes na Argentina em todo o período de 2000 a 2005, e especificamente dizem respeito a: apoio a projeto de lei que permite auto-gestão, expropriação e incentivo do Estado para funcionamento de empresas recuperadas. No Brasil destaca-se, em 2005, a ação dos trabalhadores da empresa recuperada Fleckpet (estado de São Paulo) em demanda de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a reabertura da fábrica controlada pelos trabalhadores.

Demandas por maior participação política estiveram relacionadas, no Brasil, à realização de um plebiscito sobre pagamento da dívida externa, a abertura de negociações com o governo para a questão da reforma agrária, abertura de canal de negociação entre o poder público e a frente de movimentos de moradia e criação de um conselho de política indigenista no âmbito do governo federal. Na Argentina as demandas por maior participação em decisões políticas estiveram ligadas à regularização legal das consultas populares, como a realizada pela CTA em 2001 sobre a questão do aumento de subsídios relacionados ao problema do desemprego.

A categoria de demandas por políticas específicas compreende todas as reivindicações que não puderam ser enquadradas nas outras categorias por seu grau de especificidade e particularidade. No caso do Brasil, para o período observado, elas estiveram relacionadas a: redução de tarifas de pedágio, contra plano de racionamento de energia, contra apreensão de mercadorias dos vendedores ambulantes, criação de delegacia especial para crimes relacionados ao transporte rodoviário, reconhecimento da prioridade na coleta de resíduos sólidos às cooperativas de catadores de papel, contra aumento no preço da passagem de transporte coletivo ou manutenção do passe livre e meia para estudantes – demanda mais presente nesta categoria em todo o período estudado. Na Argentina ações por demandas específicas estiveram relacionadas a: redução nas tarifas de pedágio, redução no preço do combustível, controle do transporte ilegal, contra declaração do estado de sítio em 2001, contra derrogação de maiores poderes ao Executivo, proteção para indústria do calçado, aumento dos investimentos na área de saúde, contra aumento de tarifa de ônibus, envio de verbas e intervenção do governo nacional em determinadas províncias, contra aumento nas tarifas de energia, lembrança da data da queda de De la Rúa, contra aumento da inflação, por melhora nos serviços de transporte ferroviário, renúncia de governantes (ministros, governadores, prefeitos, presidentes, membros da suprema corte), e contra realização de eleições.

As demandas relativas à renúncia de representantes políticos e contra realização de eleições foram freqüentes no final do ano 2001 e ao longo do ano 2002 e estão relacionadas à

³⁷ Embora possam também ser reivindicados por ações de outros atores em apoio aos trabalhadores de fábricas recuperadas, como se deu na Argentina neste período.

consigna “*que se vayan todos*” (QSVT). As reflexões produzidas sobre essa reivindicação apontam que ela é uma expressão contra a forma de democracia representativa (Briones, Fava, Rosan, 2004; Almeyra, 2004), mas carrega uma ambiguidade na medida em que não há quem substitua o “*todos*” e tampouco se apresentaram alternativas institucionais – ainda que se refiram a formas de democracia direta (Almeyra, 2004). Em outra direção Briones, Fava e Rosan (2004) ressaltam o significado da experiência do QSVT para a superação de um par de oposições que até o momento “*aparentemente convencia a vastos setores da população*”, de que qualquer expressão massiva de descontento colocaria em perigo a democracia e propiciaria um retorno ao autoritarismo. Mirza (2006) também aponta no mesmo sentido ao destacar que um dos agravantes da beligerância social de 2001 e do QSVT foi justamente a declaração do estado de sítio em dezembro de 2001 pelo presidente De la Rúa, o que trazia à memória o outro estado de sítio que instalou o regime militar em 1976. Mais adiante analisaremos algumas representações dos entrevistados na Argentina sobre a crise política de 2001 e como elas se relacionam com as representações sobre o protesto como forma de ação (Ver tabelas no anexo II).

2.3 Ações

As modalidades de ação coletiva foram divididas de acordo com as seis categorias delimitadas abaixo:

i) Demonstrações (marchas ou passeatas, atos públicos, concentrações): tem caráter mais temporário e dinâmico de presença no espaço (geralmente urbano). É uma forma de ação coletiva utilizada por todos os atores nos dois países em todo o período estudado. O que significa que não se restringe a nenhuma demanda determinada, tampouco a atores específicos. Variam, contudo, os lugares em que tais ações são levadas a cabo e a dimensão espacial e temporal, no caso das marchas – podendo ser extensas e durar vários dias ou ser realizadas de um local a outro na mesma cidade. Geralmente são seguidas por um ato público, que também tem rituais específicos (quem sobe ao palanque, a ordem dos oradores, etc). Na Argentina é comum o uso da expressão *manifestaciones callejeras* ou *movilizaciones callejeras* (mobilizações de rua) para se referir às formas típicas de demonstrações no espaço urbano: marchas e concentrações. Esse termo é utilizado de forma freqüente tanto nas narrativas dos entrevistados como na literatura argentina sobre o tema – Farinetti (1999) assinala que *movilizaciones callejeras* “*são um elemento próprio da tradição peronista*” (Farinetti, 1999, p.12). No caso das demonstrações o que constitui os repertórios específicos são menos as ações em si e mais as formas como são organizadas. Ou seja, pode-se falar em repertórios específicos quando se verificam performances repetidas com algumas características comuns: como a disposição e postura dos participantes no caso das marchas; o lugar onde são realizados os atos e as marchas e o significado subjacente à presença em determinado lugar público; os símbolos materiais que se utilizam (objetos, roupas, bandeiras) e os cantos e consignas utilizados. O conjunto destes elementos constitui toda uma teatralidade e mística da apresentação em público, parte ativa na constituição das identidades coletivas. Cabe mencionar alguns repertórios constituídos por demonstrações nas respectivas capitais federais que se destacam nos dois países. Na Argentina, a ronda das *Madres* às quintas-feiras em torno da pirâmide da *Plaza de Mayo*, e as marchas que vão, pela *Avenida de Mayo*, à Casa Rosada (Plaza de Mayo) e a ao Congresso Nacional. E no Brasil as marchas pelo Eixo Monumental com destino à Esplanada dos Ministérios. Deve-se notar que cada uma destas marchas e os atos públicos que geralmente se seguem têm características específicas e determinantes dos repertórios. Como, por exemplo, a conformação das marchas na Argentina, nas quais – guardando relação com tradição do movimento sindical – os

principais referentes das organizações geralmente entram na frente com os braços atados, conformando uma espécie de corrente. No caso das marchas no Eixo Monumental em Brasília, elemento importante a ser observado é a extensão e a amplitude do espaço físico, o que implica uma diferente disposição dos manifestantes que ocupam este espaço, notadamente uma maior dispersão.

ii) Greves, paralisações, redução ou atraso no ritmo de trabalho: são repertórios de ação historicamente característicos do movimento sindical. Nesse sentido estão ligados a demandas trabalhistas e denotam poder de organização de determinado ramo de atividade (no caso em que o sindicato esteja coordenando a greve) ou dos trabalhadores no local de trabalho (no caso em que a comissão interna seja o organizador da ação). Há também greves convocadas por confederações e greves gerais convocadas por centrais sindicais. O grau de adesão atingido nestas indica, dentre outras coisas, o poder de mobilização e convocatória de determinada central ou confederação.

iii) Ocupação de terras em áreas rurais: é um repertório utilizado por atores coletivos do campo – tanto movimentos como organizações sindicais, e em alguns casos pastorais (CPT) –, que adquiriu força e se conformou como forma de reivindicar a distribuição de terras no Brasil notadamente na década de 90. As ocupações são uma forma de disputa pela presença permanente no território ocupado. Após a entrada em uma fazenda as famílias que participaram da ocupação montam um acampamento no local. Como aponta Sigaud (2005) os acampamentos do MST seguem uma série de regras relativas à forma como ficam dispostos os barracões, que são construídos com lona preta e madeira, sempre com a bandeira do movimento em um ponto central do acampamento, além de algumas regras relativas à convivência no espaço. Estes elementos são parte de uma simbologia que caracteriza as ocupações e os acampamentos como um repertório rígido e forte – nos termos apontados por Tilly (2006). Forte no sentido de que passa a ser adotado também por outras organizações, sociais e sindicais, como forma de demandar a distribuição de terras (Rosa, 2004; Ruschel, 2007). Ocupações feitas coletivamente e ligadas à questão da reforma agrária têm os principais registros iniciais no Brasil na década de 60 (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008). A partir de meados da década de 80, com a formação e expansão nacional do MST, este repertório se fortaleceu e se disseminou, tornado-se a forma de ação predominante para reivindicações ligadas à questão da reforma agrária. É um dos repertórios de ação coletiva de maior centralidade no Brasil no período estudado.

iv) Ocupação de prédios públicos, terrenos urbanos, e acampamento em áreas públicas urbanas: Diferenciam-se das demonstrações por terem um caráter mais estático e de disputa por presença no espaço urbano. A ocupação de terrenos urbanos (notadamente terrenos abandonados ou públicos) é um repertório que está ligado aos movimentos de moradia e à demanda por moradia. A ocupação de prédios públicos é uma performance que está geralmente relacionada com pressão por alguma decisão política ou repúdio e tentativa de impedir tal decisão. No período observado foi utilizado por atores diversos como índios (ocupação de prédios da FUNAI); movimentos e organizações sindicais do setor rural (ocupação de prédios do INCRA); estudantes e docentes (ocupação de faculdades); e por outros atores de diferentes setores (ocupações de órgãos legislativos com o propósito de impedir a votação de alguma lei, e de lugares onde se está ocorrendo alguma reunião ou convenção que se quer impedir). Também se deram algumas ocupações de agências do Banco do Brasil (em demanda da liberação de crédito para agricultura) e de sedes e terrenos de empresas privadas nacionais e transnacionais (para denunciar algo ou exigir alguma providência pela empresa). O acampamento em locais públicos também é uma performance associada à pressão por alguma decisão política. Normalmente se instala o acampamento em frente ao órgão ao qual se quer pressionar por determinada decisão. No período estudado foi uma forma de ação utilizada principalmente por docentes em ambos os países (no caso da

Argentina com a realização simultânea de aulas públicas) e pelo MST e outros movimentos do setor rural (acampamento em frente à sede do INCRA).

v) Bloqueios (cortes) de vias públicas e piquetes: performance ligada à presença e disputa do espaço público como forma de demandar algo. Piquetes em portas de fábricas é parte de um repertório historicamente utilizado pelo movimento sindical, mas pode-se dizer que a utilização de piquetes como modalidades de protesto contra a situação de desocupação na Argentina ganha destaque a partir de 1996 com os bloqueios de rodovias nas províncias de Salta e Neuquén. Um piquete que bloqueia uma via pública geralmente é realizado inicialmente a partir da reunião de várias pessoas (previamente convocadas), em uma hora marcada, em torno de um ponto já determinado pelos grupos que organizam o piquete. A partir de então são carregados galhos de árvores e pneus velhos para o meio da estrada e é ateado fogo, podendo-se bloquear toda uma rodovia ou apenas metade. Os integrantes dos grupos organizadores dos piquetes ficam também sob a rodovia, realizando atividades diversas (Catela, 2004). Um bloqueio geralmente é complementado por marcha, no local mesmo onde se realiza o piquete ou, no caso das que cobram mais visibilidade, à capital Buenos Aires e especialmente à sede do Ministério do Trabalho (Carrera e Cotarelo, 2001). Além de rodovias há também bloqueios de avenidas, ruas, pontes e ferrovias. As demandas comumente relacionadas a este repertório de ação no período estudado foram principalmente por planos de emprego, mas também por outros subsídios mais gerais, como alimentos, material escolar, ferramentas de trabalho, etc.

vi) Outros: performances e formas de ação coletiva utilizadas por diferentes atores e ligadas a tipos diversos de demanda, geralmente envolvem ou são realizadas juntamente com outras formas tradicionais de demonstrações – como marchas, concentrações e atos. Essa categoria abarca performances como abraços simbólicos, *pintadas*³⁸, *ollas populares*³⁹, vigílias, romarias, greves de fome, aulas públicas, depredação de instalações públicas ou privadas, assembléias populares, *escraches*, e outras formas distintas de ação. Estão ligadas a demandas diversas embora algumas formas tenham se configurado como repertórios de ação de alguns atores específicos. Como, por exemplo, os *escraches* públicos, performances utilizadas principalmente por organizações de direitos humanos na Argentina para constranger e repudiar publicamente os repressores do período militar⁴⁰. Contudo, a partir do final da década de 90 os *escraches* são utilizados também para constranger políticos envolvidos em casos de corrupção ou má gestão pública (como o *escrache* que foi feito ao ex-ministro Domingo Cavallo).

Aula pública consiste na realização de uma aula em algum lugar central na cidade, em frente ao órgão responsável pela educação, por exemplo, ou do lado de fora das faculdades e escolas. São repertórios normalmente utilizados em ocasião de uma greve ou paralisação para reforçar as demandas pleiteadas. O conteúdo destas aulas geralmente envolve temas políticos. Foi uma performance bastante utilizada em ações de protesto de docentes na Argentina para o período analisado. Vigílias e romarias são ações cuja origem remete a práticas religiosas, católicas, e que estiveram presentes no Brasil de forma regular para o período observado, com destaque para as “romarias da terra” das quais participaram atores do setor rural. Na Argentina também foram realizadas algumas vigílias. No tocante às assembléias populares,

³⁸ Pinturas de desenhos e inscrições em muros públicos.

³⁹ A tradução literal é “panela popular” e se refere ao processo de realização de uma “sopa popular” ou “comida popular” feito normalmente em locais públicos com o propósito de denunciar determinada situação de exclusão ou pobreza. Em ocasião do evento são realizadas também outras atividades, principalmente manifestações culturais, que adquirem caráter de protesto.

⁴⁰ Note-se que eles ocorrem juntamente com outras formas de demonstração, como atos públicos, marchas e concentrações.

cabe destacar que além de uma forma de protesto elas são ao mesmo tempo um método de discussão e um ator coletivo. As consideramos como modalidades de protesto na forma em que foram realizadas na Argentina no período observado, notadamente 2001 e 2002: elas eram realizadas em praças ou outros locais públicos importantes de cada bairro, e tinham caráter massivo, chegando a reunir centenas de pessoas (Palomino et al, 2007).

Observações Finais

Pode-se observar que os agentes envolvidos no protesto social e as formas de protestar utilizadas por eles variaram em grande medida entre os dois países no período analisado. Alguns pontos de divergência que podem ser destacados é a maior presença de movimentos de desempregados na Argentina e sua ausência no Brasil, e a maior presença de movimentos de moradia no Brasil. Também destaca-se a maior presença na esfera pública das organizações de direitos humanos na Argentina. O que por sua vez, tem como sua contraparte no caso brasileiro a presença frequente de organizações de cunho religioso ligadas à Igreja Católica (como as pastorais e a CNBB). Outro ponto a ser destacado é a assimetria entre rural e urbano em termos de presença e ocupação do espaço público nos dois países. Ao passo que no Brasil um dos atores protagonistas do protesto social (MST) tem caráter rural. Na Argentina os atores mais presentes no espaço público (as organizações piqueteras) tiveram um caráter essencialmente urbano.

Argumentamos que no tocante à forma ou à modalidade pela qual as ações de protesto foram levadas a cabo nos dois países está relacionada não só com os tipos de atores e demandas protagonistas, mas também com a forma pela qual os governos de cada país reagem a estas ações. Nesse sentido o repertório de protesto que ocuparam constantemente o espaço público e político nestes dois países entre 2000 e 2005 estão fortemente relacionado com o tratamento dado pelos governos, tanto à metodologia de ação coletiva, quanto à demanda por ela expressa e aos agentes destas demandas.

Bibliografia

AUYERO, Javier. **La Protesta**: retratos de la beligerância popular em la Argentina democrática. Centro Cultural Rojas-UBA. Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://www.sunysb.edu/sociology/?faculty/Auyero/auyero>> Acesso em: 02 Jun. 2007.

Conflitos no Campo Brasil 2005, Goiânia: CPT, 2006

DRUCK, Graça. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **Observatorio Social de América Latina**, v. 19, 2006.

LEHER, Roberto. **Región Sur. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil**. Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v 10, 2006.

LOZANO, Claudio. Contexto económico y político en la protesta social de la Argentina contemporánea. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, 2001.

Observatorio Social de America Latina. Cronologia del Conflicto, Buenos Aires, v. 1 a 18, 2000 a 2005

Observatorio Social de America Latina. Documentos del Conflicto, Buenos Aires, v. 6, 2001.

PALOMINO, Héctor. **Trabajo y estado social frente a los cambios de la economía, el empleo y las relaciones laborales**. Buenos Aires: UNSAM, 2008. 10 slides: color.

SCRIBANO, A.; SCHUSTER, F. Protesta social en la Argentina de 2001: entre la normalidad y la ruptura. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, 2001.

SVAMPA, M; PEREYRA, S. **Entre la Ruta y el Barrio**: La Experiencia de las Organizaciones Piqueteras. Buenos Aires: Biblos, 2003.

SAMPAIO, Plínio. La reforma agraria en América Latina : una revolución frustrada. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 16, 2005.

SAMPAIO, Plínio. Brasil: as esperanças não vingaram. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 18, 2005.

SIGAUD, L. M. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Revista Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SIGAUD, L. M.; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Enriquez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.

TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago: Chicago Press, 2006.

TORRES, Fernanda. **Todavía Piqueteros**: la CTD Aníbal Verón. La Plata: Edulp, 2006

Tabela 01
Atores Protesto Brasil 2000

Atores	%
Grande/médio produtor rural	0.0%
Pequeno produtor rural	2.7%
MST	22.3%
MAB	1.8%
MPA	1.8%
MLST	0.0%
MAST	0.0%
MTL	0.0%
Via Campesina	0.0%
OLC	0.0%
MLT	0.0%
Índios	8.0%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	3.6%
Sindicato Indústria	3.6%
CUT	6.3%
Força Sindical	4.5%
Conlutas	0.0%
CGT	0.0%
CGTB	0.0%
CAT	0.0%
SDS	0.0%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	2.7%
Serv. Públicos	9.8%
Doc. Universidade	2.7%
Doc. Secundário	8.0%
Desempregados	0.0%
Mulheres	1.8%
Moradia	3.6%
Negros	1.8%
Estudantes	5.4%
Associações/Movimentos	3.6%
Org. Religiosas	2.7%
Partidos Políticos	3.6%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 02
Atores Protesto Brasil 2001

Atores	%
Grande/médio produtor rural	0.9%
Pequeno produtor rural	1.8%
MST	14.4%
MAB	0.9%
MPA	1.8%
MLST	0.0%
MAST	0.0%
MTL	0.0%
Via Campesina	0.0%
OLC	0.0%
MLT	0.0%
Índios	0.9%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	13.5%
Sindicato Indústria	6.3%
CUT	8.1%
Força Sindical	2.7%
Conlutas	0.0%
CGT	0.0%
CGTB	0.0%
CAT	0.0%
SDS	0.0%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	4.5%
Serv. Públicos	17.1%
Doc. Universidade	3.6%
Doc. Secundário	3.6%
Desempregados	0.0%
Mulheres	0.0%
Moradia	0.0%
Negros	0.0%
Estudantes	10.8%
Associações/Movimentos	0.9%
Org. Religiosas	4.5%
Partidos Políticos	3.6%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 03
Atores Protesto Brasil 2002

Atores	%
Grande/médio produtor rural	0.0%
Pequeno produtor rural	0.0%
MST	29.4%
MAB	2.0%
MPA	0.0%
MLST	0.0%
MAST	0.0%
MTL	0.0%
Via Campesina	0.0%
OLC	0.0%
MLT	0.0%
Índios	5.9%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	3.9%
Sindicato Indústria	3.9%
CUT	3.9%
Força Sindical	2.0%
Conlutas	0.0%
CGT	0.0%
CGTB	0.0%
CAT	0.0%
SDS	0.0%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	2.0%
Serv. Públicos	7.8%
Doc. Universidade	0.0%
Doc. Secundário	11.8%
Desempregados	0.0%
Mulheres	0.0%
Moradia	5.9%
Negros	0.0%
Estudantes	5.9%
Associações/Movimentos	2.0%
Org. Religiosas	5.9%
Partidos Políticos	7.8%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 04
Atores Protesto Brasil 2003

Atores	%
Grande/médio produtor rural	2.2%
Pequeno produtor rural	5.4%
MST	23.7%
MAB	0.0%
MPA	1.1%
MLST	0.0%
MAST	0.0%
MTL	0.0%
Via Campesina	0.0%
OLC	1.1%
MLT	0.0%
Índios	3.2%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	10.8%
Sindicato Indústria	4.3%
CUT	2.2%
Força Sindical	1.1%
Conlutas	0.0%
CGT	0.0%
CGTB	0.0%
CAT	0.0%
SDS	0.0%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	0.0%
Serv. Públicos	14.0%
Doc. Universidade	2.2%
Doc. Secundário	4.3%
Desempregados	1.1%
Mulheres	1.1%
Moradia	8.6%
Negros	0.0%
Estudantes	4.3%
Associações/Movimentos	4.3%
Org. Religiosas	3.2%
Partidos Políticos	2.2%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 05
Atores Protesto Brasil 2004

Atores	%
Grande/médio produtor rural	2.2%
Pequeno produtor rural	5.6%
MST	16.7%
MAB	0.0%
MPA	0.0%
MLST	0.0%
MAST	2.2%
MTL	0.0%
Via Campesina	1.1%
OLC	1.1%
MLT	1.1%
Índios	2.2%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	4.4%
Sindicato Indústria	3.3%
CUT	5.6%
Força Sindical	1.1%
Conlutas	1.1%
CGT	0.0%
CGTB	0.0%
CAT	0.0%
SDS	0.0%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	0.0%
Serv. Públicos	22.2%
Doc. Universidade	5.6%
Doc. Secundário	5.6%
Desempregados	0.0%
Mulheres	1.1%
Moradia	2.2%
Negros	0.0%
Estudantes	5.6%
Associações/Movimentos	6.7%
Org. Religiosas	2.2%
Partidos Políticos	1.1%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 06
Atores Protesto Brasil 2005

Atores	%
Grande/médio produtor rural	1.3%
Pequeno produtor rural	1.3%
MST	11.0%
MAB	2.6%
MPA	0.6%
MLST	0.6%
MAST	0.0%
MTL	0.6%
Via Campesina	0.0%
OLC	0.0%
MLT	0.0%
Índios	4.5%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	3.2%
Sindicato Indústria	1.3%
CUT	5.8%
Força Sindical	1.9%
Conlutas	2.6%
CGT	1.9%
CGTB	1.9%
CAT	1.3%
SDS	1.3%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	1.3%
Serv. Públicos	14.2%
Doc. Universidade	3.2%
Doc. Secundário	3.9%
Desempregados	0.0%
Mulheres	0.0%
Moradia	3.2%
Negros	2.6%
Estudantes	9.7%
Associações/Movimentos	8.4%
Org. Religiosas	1.3%
Partidos Políticos	8.4%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 07

Atores Protesto Argentina 2000

Atores	%
Grande/médio produtor rural	3.0%
Pequeno produtor rural	4.0%
Movimentos Rurais	0.0%
Índios	1.0%
Empregadores	2.0%
Sindicato Serviço	9.5%
Sindicato Indústria	0.5%
CGT	7.5%
CTA	8.5%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	2.0%
Serv. Públicos	13.1%
Doc. Universidade	3.0%
Doc. Secundário	12.6%
Desempregados Geral	9.0%
Desempregados Empresa	1.0%
FTV	1.0%
CCC	4.5%
PO	0.0%
Anibal Verón	0.0%
MTL	0.0%
MST TV	0.0%
MTR	0.5%
MIJP	0.0%
Mulheres	0.0%
Moradia	0.5%
Negros	0.0%
Estudantes	3.0%
Associações/Movimentos	2.5%
Org. Religiosas	0.0%
Direitos Humanos	3.0%
Partidos Políticos	6.0%
Vizinhos	1.5%
Aposentados	0.5%

Fonte: OSAL

Tabela 08

Atores Protesto Argentina 2001

Atores	%
Grande/médio produtor rural	3.7%
Pequeno produtor rural	0.8%
Movimentos Rurais	0.0%
Índios	0.4%
Empregadores	2.1%
Sindicato Serviço	9.1%
Sindicato Indústria	0.8%
CGT	5.8%
CTA	9.1%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	3.7%
Serv. Públicos	12.0%
Doc. Universidade	4.1%
Doc. Secundário	9.1%
Desempregados Geral	5.0%
Desempregados Empresa	0.4%
FTV	1.7%
CCC	10.8%
PO	0.4%
Anibal Verón	0.0%
MTL	0.0%
MST TV	0.0%
MTR	1.2%
MIJP	0.8%
Mulheres	0.8%
Moradia	0.0%
Negros	0.0%
Estudantes	2.9%
Associações/Movimentos	1.7%
Org. Religiosas	0.0%
Direitos Humanos	2.9%
Partidos Políticos	3.7%
Vizinhos	5.8%
Aposentados	0.8%

Fonte: OSAL

Tabela 09
Atores Protesto Argentina 2002

Atores	%
Grande/médio produtor rural	2.5%
Pequeno produtor rural	0.0%
Movimentos Rurais	0.3%
Índios	0.3%
Empregadores	1.9%
Sindicato Serviço	2.8%
Sindicato Indústria	0.0%
CGT	0.6%
CTA	7.2%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	3.6%
Serv. Públicos	6.9%
Doc. Universidade	0.6%
Doc. Secundário	4.4%
Desempregados Geral	5.0%
Desempregados Empresa	0.3%
FTV	1.7%
CCC	8.8%
PO	0.8%
Anibal Verón	4.4%
MTL	0.3%
MST TV	1.1%
MTR	0.3%
BPN	4.7%
MIJD	3.3%
Barrios de Pie	4.4%
Mulheres	0.6%
Moradia	0.0%
Negros	0.0%
Estudantes	4.7%
Associações/Movimentos	2.2%
Org. Religiosas	0.6%
Direitos Humanos	3.6%
Partidos Políticos	5.2%
Vizinhos	17.1%
Aposentados	0.3%

Fonte: OSAL

Tabela 10
Atores Protesto Argentina 2003

Atores	%
Grande/médio produtor rural	0.8%
Pequeno produtor rural	0.0%
Movimentos Rurais	0.4%
Índios	1.1%
Empregadores	1.5%
Sindicato Serviço	4.6%
Sindicato Indústria	0.0%
CGT	0.0%
CTA	4.2%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	3.4%
Serv. Públicos	6.5%
Doc. Universidade	1.1%
Doc. Secundário	4.6%
Desempregados Geral	9.5%
Desempregados Empresa	0.8%
FTV	2.3%
CCC	4.6%
PO	1.5%
Anibal Verón	5.7%
MTL	0.8%
MST	0.4%
MTR	1.5%
BPN	4.6%
MIJD	4.2%
Barrios de Pie	4.6%
Mulheres	0.4%
Moradia	1.5%
Negros	0.0%
Estudantes	4.6%
Associações/Movimentos	3.0%
Org. Religiosas	0.0%
Direitos Humanos	6.1%
Partidos Políticos	4.9%
Vizinhos	11.0%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 11
Atores Protesto Argentina 2004

Atores	%
Grande/médio produtor rural	0.0%
Pequeno produtor rural	0.0%
Movimentos Rurais	0.0%
Índios	0.4%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	2.9%
Sindicato Indústria	0.0%
CGT	0.0%
CTA	1.7%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	5.4%
Serv. Públicos	7.1%
Doc. Universidade	0.4%
Doc. Secundário	5.8%
Desempregados Geral	12.9%
Desempregados Empresa	0.8%
FTV	2.1%
CCC	3.3%
PO	3.3%
Anibal Verón	5.4%
MTL	2.9%
MST	4.6%
MTR	1.7%
BPN	3.7%
MIJD	8.3%
Barrios de Pie	2.5%
Mulheres	0.0%
Moradia	0.0%
Negros	0.0%
Estudantes	2.1%
Associações/Movimentos	7.9%
Org. Religiosas	0.4%
Direitos Humanos	3.7%
Partidos Políticos	5.8%
Vizinhos	5.0%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

Tabela 12
Atores Protesto Argentina 2005

Atores	%
Grande/médio produtor rural	0.0%
Pequeno produtor rural	0.0%
Movimentos Rurais	0.4%
Índios	0.0%
Empregadores	0.0%
Sindicato Serviço	10.9%
Sindicato Indústria	0.4%
CGT	0.0%
CTA	0.7%
Empresa/Cooperativa/Autônomos	7.6%
Serv. Públicos	15.6%
Doc. Universidade	4.7%
Doc. Secundário	10.9%
Desempregados Geral	8.3%
Desempregados Empresa	0.0%
FTV	0.4%
CCC	2.9%
PO	1.1%
Anibal Verón	3.6%
MTL	0.7%
MST	1.1%
MTR	0.7%
BPN	1.1%
MIJD	1.4%
Barrios de Pie	0.7%
Mulheres	1.1%
Moradia	0.0%
Negros	0.0%
Estudantes	7.6%
Associações/Movimentos	5.8%
Org. Religiosas	0.0%
Direitos Humanos	2.9%
Partidos Políticos	5.1%
Vizinhos	4.3%
Aposentados	0.0%

Fonte: OSAL

